

AMAZÔNIA VIVA!

Nº 5
MAIO 2009

Esta é a Terceira edição do Amazônia Viva, com as últimas notícias sobre o trabalho de implementação da moratória sobre novos desmatamentos para o plantio de soja na Amazônia brasileira.

Em abril de 2006, o Greenpeace publicou o relatório “Comendo a Amazônia”, expondo a ligação entre a soja presente na cadeia de suprimentos de multinacionais de alimentos e a destruição da floresta Amazônica. O relatório, aliado a atividades públicas no Brasil e na Europa, resultou em uma aliança entre produtores de alimentos, redes de supermercados e de fast-food que, juntamente com o Greenpeace e outras organizações da sociedade civil, se uniram para mudar o panorama de destruição. Respondendo a esta pressão, as maiores traders de soja que atuam no Brasil anunciaram a moratória, em julho de 2006.

Com este boletim, o Greenpeace espera manter a indústria de alimentos e do agronegócio informadas sobre o progresso da moratória. Também esperamos que outras empresas unam seus esforços a esta aliança.

● Indústria da soja não vai comprar de quem desmatou a Amazônia



Estima-se que os ecossistemas florestais ao redor do mundo armazenem uma vez e meia a quantidade de carbono presente na atmosfera. A Amazônia é crucial para o equilíbrio do clima global e age como um regulador de chuvas. © Greenpeace/Markus Mauthe

As principais empresas comercializadoras de soja ligadas à Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais (Abiove) e à Associação Nacional das Empresas Exportadoras de Cereais (Anec) anunciaram em abril que não vão comprar soja que tenha provocado desmatamento na Amazônia. E mais: não haverá crédito para os fazendeiros que desafiaram a moratória, em vigor desde julho de 2006. A reação da indústria é uma resposta clara aos resultados do monitoramento realizado durante a última safra, que detectou 12 áreas recém desmatadas ocupadas com soja.

O monitoramento, conduzido pela empresa de monitoramento agrícola Globalsat a pedido do Grupo de Trabalho da Soja

(GTS, responsável pela implementação da moratória), focou em áreas maiores do que 100 hectares, com um programa-piloto para áreas menores em três municípios do Mato Grosso. Foram monitoradas 630 áreas abertas após julho de 2006, em 46 municípios no bioma Amazônia, totalizando 157.896,37 hectares. O plantio de soja foi identificado em doze áreas, entre 3,81 e 630,9 hectares, com um total de 1384,85 hectares. Sete destas áreas estão localizadas em Feliz Natal (MT), incluído recentemente na lista oficial de municípios com as maiores taxas de desmatamento na Amazônia. Em Dom Eliseu (PA), foram identificadas duas áreas desmatadas ocupadas com soja, com 112,9 ha e 247,3 hectares. ▶

- ▶ **“Quem achou que a moratória não era para valer vai perder dinheiro e mercado. A indústria da soja está dando um exemplo de respeito à floresta e aos consumidores, que não querem ser co-autores da destruição da Amazônia. Agora a indústria tem o desafio de segregar os fornecedores que insistem em desafiar a moratória”, disse Paulo Adário, diretor da campanha Amazônia do Greenpeace.**

Durante o anúncio, as comercializadoras de soja se comprometeram com medidas para assegurar que a soja de desmatamento não entre em suas cadeias de fornecimento. A comercialização da produção estará condicionada à consulta de uma lista com as propriedades que plantaram soja em áreas abertas após julho de 2006. Se a propriedade estiver na lista, a soja não será comprada. Para os pré-financiados que desrespeitaram a moratória, a produção proporcional à área desmatada será recusada e o acesso desses produtores a crédito na safra 2009/2010 será restringido. Procedimento semelhante também será adotado nas compras realizadas por terceiros.

“A Moratória é uma ferramenta confiável de informação, que assegura que nossos consumidores saibam a origem da soja. Estamos abertos à auditoria, tudo em nome da transparência”, disse Carlo Lovatelli, presidente da Abiove.

O Greenpeace cobrou, na reunião, o compromisso assumido pelo governo de acelerar o cadastro das fazendas de forma a permitir que o monitoramento e a identificação dos desmatadores possam ser feitos facilmente, com o uso de mapas de propriedades e imagens de satélite. A implementação de mecanismos de governança é fundamental para fortalecer a moratória.

Em resposta, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, confirmou a disposição do governo em contribuir para a implementação da moratória e se comprometeu a:

- destinar R\$ 5 milhões do PPG-7 (Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil) para o cadastramento ambiental rural;
- finalizar o zoneamento ecológico e econômico no bioma Amazônia, para delimitar de forma mais precisa o uso da terra na região; e
- apoiar a captação de recursos nacionais e internacionais para o pagamento de serviços ambientais prestados pela floresta Amazônica.



Brasília, 14/04/09. Carlo Lovatelli, presidente da Abiove (esquerda), o Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc (no meio) e Paulo Adário, diretor da Campanha Amazônia (direita), durante conferência de imprensa que comunicou a decisão da indústria de rejeitar a soja proveniente de desmatamento na Amazônia. © ABIOVE

O que mais precisa ser feito?

O registro e mapeamento das propriedades rurais são medidas essenciais para a melhoria da governança na Amazônia e possibilitam o efetivo monitoramento da produção de soja e outras commodities agrícolas no Brasil, garantindo, assim, o cumprimento das leis ambientais e fundiárias. De acordo com a legislação brasileira, todas as fazendas precisam ser registradas, com mapas geo-referenciados das propriedades submetidos aos órgãos ambientais. Os mapas das fazendas e do uso da terra são necessários para mostrar os limites da propriedade e as áreas de reserva legal (RL) e de preservação permanente (APP). O fato de muitas fazendas não serem sequer mapeadas torna difícil o controle da sua expansão e a identificação dos responsáveis por novos desmatamentos. Financiamento adicional visa garantir o estabelecimento de infraestrutura e recursos humanos necessários para esta tarefa.

Estas ações necessitam do envolvimento das agências governamentais e a indústria está em posição de acelerar este processo. As empresas deveriam exigir, por exemplo, que seus fornecedores apresentem a licença ambiental e o cadastro rural, além do mapa da propriedade com a área de reserva legal definida, como pré-requisito para o financiamento do plantio e compra da soja.

Além disso, a indústria deve desenvolver um sistema de rastreabilidade para excluir, da cadeia da soja, os produtores envolvidos na destruição florestal.

A moratória representa um período crucial para assegurar a origem e a legalidade

da produção de soja na Amazônia. Para o Greenpeace, a moratória deve ser estendida até que os produtores e as empresas comercializadoras possam garantir que a produção de soja na região não resulta em mais desmatamentos e que as medidas de proteção permanentes da floresta sejam asseguradas e apoiadas pelo governo.

Zerar o desmatamento da Amazônia e assegurar sua proteção de longo prazo depende de apoio nacional e internacional para reconhecer que a floresta vale mais em pé do que derrubada.



© Daniel Beltra

O que a indústria de alimentos pode fazer para ajudar a moratória?

As empresas que utilizam soja e seus derivados em suas cadeias produtivas devem pedir a extensão da moratória e solicitar aos seus fornecedores garantias de que a soja de desmatamento será segregada.

● Produtores de soja encontram uma nova maneira de destruir a floresta

Mudanças no padrão de destruição florestal – em particular a expansão de algumas fazendas através de pequenos desmatamentos – representa uma nova ameaça à Amazônia. Dados do desmatamento publicados recentemente pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) indicam um aumento no número de pequenos polígonos desmatados em detrimento da abertura de grandes áreas. Em 2002, 55% dos polígonos desmatados na Amazônia eram áreas maiores que 100 hectares, enquanto áreas menores que 25 hectares representavam 20% do total. Em 2008, no entanto, polígonos menores que 25 hectares representaram 47% do total em comparação com as áreas maiores que 100 hectares, que representaram 22% do total.

Essa mudança no padrão de desmatamento levantou a suspeita de que os produtores de soja poderiam ter adotado essa prática como forma de burlar a fiscalização e o monitoramento adotado pelo GTS, que privilegia os polígonos acima de 100 hectares. Por isso, o monitoramento da última safra de soja, realizado pelo Greenpeace, se concentrou nas áreas menores que 100 hectares. Os dados obtidos confirmam que as áreas de produção de soja estão se expandindo através de pequenos desmatamentos, impondo novos riscos à moratória.

Principais resultados do monitoramento do Greenpeace:

- Todos os 10 polígonos recém-desmatados cultivados com soja estavam localizados no entorno de áreas de soja já consolidadas.
- Apenas quatro dos dez polígonos recém-desmatados estavam localizados em propriedades registradas junto aos órgãos ambientais. A falta de registro impossibilitou a identificação das demais propriedades.
- Dos quatro proprietários registrados, três já haviam sido multados por desmatamento ilegal ou por transporte e armazenamento de madeira sem a devida autorização do órgão ambiental responsável.

O monitoramento expôs o novo padrão de desmatamento praticado por fazendeiros de soja, que vem expandindo suas áreas através da ocupação dos fragmentos florestais localizados nos limites de suas plantações. Para o Greenpeace, a metodologia adotada pelo GTS deve ser ajustada no sentido de aprimorar o monitoramento, tornando-o mais consistente e abrangente.

O relatório com os resultados do monitoramento do Greenpeace para a safra 2008-2009 está disponível em:
www.greenpeace.org.br/amazonia/pdf/boletimratoriaweb.pdf



Uma das áreas desmatadas no bioma Amazônia durante a safra 2008/2009. A área, monitorada pelo Greenpeace, foi cultivada com soja (grifo na imagem). © Greenpeace/Alberto Cesar

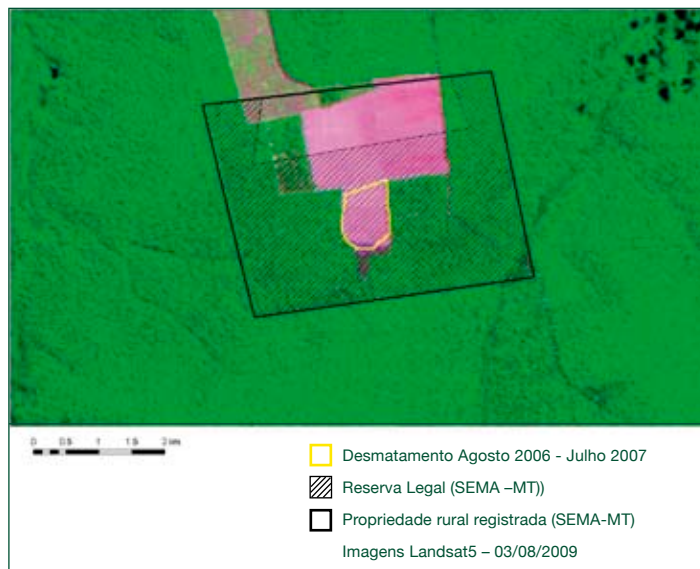


Imagem de satélite da mesma área.

Metodologia do monitoramento

O monitoramento realizado pelo Greenpeace adotou uma metodologia semelhante à definida no Grupo de Trabalho da Soja, que tem como base os dados de desmatamento consolidado do sistema Prodes/Inpe para o período compreendido entre agosto de 2006 e julho de 2008. A partir dessa lista de polígonos desmatados, foram selecionadas as áreas a serem monitoradas com base nos seguintes critérios: polígonos localizados nos municípios com mais de 5 mil hectares de soja, dentro dos limites do bioma Amazônia e fora de unidades de conservação. Adicionalmente, os dados de desmatamento foram analisados, um a um, com base em imagens de satélite Landsat TM. Ao

todo, 200 polígonos foram selecionados para serem monitorados nos estados do Pará e Mato Grosso, se concentrando em áreas menores do que 100 hectares. Após sobrevoar todos os polígonos, 25 áreas foram identificadas como ocupadas com alguma atividade agrícola. Destas, 16 foram escolhidas para visitas de campo para possibilitar confirmação do uso do solo. Do total de áreas, dez foram identificadas com soja, cinco estavam ocupadas com arroz e uma era inacessível. As áreas cultivadas com arroz não fazem parte da moratória, no entanto, em geral, o arroz é cultivado em áreas recém desmatadas como parte do preparo do solo para posterior cultivo de soja. Muito provavelmente, as áreas atualmente cultivadas com arroz serão plantadas com soja em um futuro próximo. Todas as 10 áreas desmatadas plantadas com soja estão localizadas no Mato Grosso.

Colocando os impactos da soja no mapa

O Greenpeace trabalhou junto a comunidades locais de Santarém e Belterra, no Pará, para mapear os impactos da produção de soja na região oeste do estado. Ainda que tenha obtido resultados positivos, a moratória se limita a conter a abertura de novas áreas para o plantio de soja e não elimina os demais impactos sociais e ambientais da produção do grão.

O projeto de mapeamento comunitário capacitou mais de 50 lideranças de 28 diferentes comunidades no uso de GPS e interpretação de imagens com o objetivo de documentar os impactos da agricultura industrial e empoderar as comunidades locais na defesa de seus territórios e da floresta. O projeto é resultado de uma parceria entre o Greenpeace e o Projeto Saúde e Alegria, e foi liderada pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Santarém e de Belterra.

Desde que a multinacional norte-americana Cargill anunciou a construção de um porto graneleiro em Santarém, comunidades locais têm lutado para mostrar os impactos negativos causados pela indústria da soja na região. O porto foi construído ilegalmente, sem a realização do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) exigido pelo governo. Apesar dos protestos do Ministério Público Federal (MPF) e de grupos da sociedade civil, o porto está em operação desde 2003. Depois de uma longa batalha judicial, a Cargill finalmente foi condenada a realizar o Estudo de Impacto Ambiental. De acordo com os dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), até 2002, o cultivo de soja no estado do Pará ocupava cerca de dois mil hectares. No ano seguinte, após a instalação do porto da Cargill em Santarém, a área cultivada saltou para 35 mil hectares.

A degradação do meio ambiente compromete o futuro das comunidades locais. Além de desmatamento, foram mapeados vários outros problemas associados à expansão desordenada da soja, como igarapés assoreados ou contaminados por agrotóxicos, acessos tradicionais bloqueados pelas

plantações e desaparecimento de comunidades tradicionais. Pessoas foram forçadas a vender suas terras por causa da poluição causada por agrotóxicos. O projeto possibilitou ainda o mapeamento de 121 comunidades, algumas que nunca tinham sido incluídas em nenhum outro mapa disponível da região.

As comunidades tradicionais da Amazônia detêm um vasto conhecimento dos espaços que ocupam. Em uma região marcada pela falta de governança, esse conhecimento é crucial para a defesa de territórios e dos recursos naturais.

Veja o mapa em:
<http://www.greenpeace.org.br/mapas/mapeamento-2.html>



Capa do mapa comunitário dos impactos da soja. Foto Capa © Alberto César



Participante do projeto de monitoramento comunitário marca com o GPS o ponto de uma plantação de soja na região de Santarém. Antes, a área era ocupada por floresta. © Alberto César

AJUDE A SALVAR A AMAZÔNIA, APÓIE A MORATÓRIA

Não há tempo a perder para evitar a destruição da floresta amazônica. A indústria de alimentos e o agronegócio devem assumir sua responsabilidade e se engajar na busca de soluções para barrar o aquecimento global e a perda de biodiversidade. Cada vez mais, os consumidores cobram essa postura pró-ativa das empresas – afinal, o futuro da Amazônia e a estabilidade do clima global dependem dessas ações. Por isso, o Greenpeace espera que mais empresas se comprometam com a aliança que provocou a moratória, e ajudem a enfrentar o desmatamento da floresta amazônica.

Para saber como aderir à moratória, contate consumidor@br.greenpeace.org

Publicado pelo Greenpeace Brasil

R. Alvarenga, 2331 – São Paulo, SP – 05509-006
Av. Joaquim Nabuco, 2367 – Manaus, AM – 69020-031
Email: consumidor@br.greenpeace.org
www.greenpeace.org.br

Impresso em papel 100% reciclado e tinta com base vegetal.